



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH – CAMPUS IV
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

INDNNA ARYANE CARVALHO CERQUEIRA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ELEMENTOS QUE NORTEIAM A
PRÁTICA DE ENSINO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO
ENSINO FUNDAMENTAL II EM MIGUEL CALMON-BA

JACOBINA - BAHIA

2018

INDNNA ARYANE CARVALHO CERQUEIRA

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ELEMENTOS QUE NORTEIAM A
PRÁTICA DE ENSINO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO
ENSINO FUNDAMENTAL II EM MIGUEL CALMON-BA**

Monografia apresentada para Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia, Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, Universidade do Estado da Bahia – como requisito obrigatório para obtenção do grau de licenciados em Geografia.

Orientador: Prof. Ms. Carlos Lima Ferreira.

JACOBINA - BAHIA
2018

INDNNA ARYANE CARVALHO CERQUEIRA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ELEMENTOS QUE NORTEIAM A PRÁTICA DE
ENSINO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL II,
EM MIGUEL CALMON-BA

Monografia apresentada à comissão examinadora designada pelo colegiado de Geografia da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus/IV, como requisito obrigatório para a obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena em Geografia.

Aprovada em Jacobina-BA, ____ de _____ de 2018.

Banca Examinadora

Profº Ms. Carlos Lima Ferreira - UNEB
(Orientador)

Profº. Ms. Joselito Manoel de Jesus - UNEB

Profª Ma. Gislene Maria Mota dos Santos - UNEB

Ao meu Deus pela imensa oportunidade de ter me concedido graça, coragem e fé para vencer os obstáculos e chegar à conclusão do curso, a minha família, e em especial aos meus filhos, Thais e Thales, ao meu amor Thúlio, meus irmãos, Thawanne e Rogério, é que dedico este trabalho monográfico. Até aqui me ajudou o Senhor!

AGRADECIMENTOS

É com imensa alegria que venho através desta expressar em poucas palavras a minha gratidão ao meu maravilhoso Deus que me permitiu vencer cada obstáculo apresentado a mim ao longo desses anos e realizar um grande sonho que é a minha graduação. Quero agradecer aos meus pais Alimário e Margarida, que me conceberam com muito amor, me permitindo viver e fazer parte de suas vidas, em especial a minha mãe que com esforços dedicou-se a me criar ensinando-me os valores relevantes para que eu pudesse me tornar essa pessoa que sou. Quero agradecer ao meu amado Thúlio, pela cumplicidade, respeito, companheirismo, carinho, paciência e amor, ao longo desse período estive ao meu lado incessantemente apoiando-me em todas as minhas decisões.

Quero agradecer aos meus filhos lindos, bênçãos de Deus na minha vida, que enchem a minha casa de felicidade e os meus lábios de riso, que fazem dos meus dias os mais felizes, mamãe esteve presente e ausente, mas sempre em busca do melhor a oferecê-los. Mamãe ama e dedica esse trabalho a vocês. Quero agradecer aos meus irmãos Thawanne e Rogério, dizer que os amo muito e que possam espelhar-se em mim e continuar os estudos sem nunca desistir dos objetivos. Thaw, obrigada por me ajudar durante esse processo. A minha querida Socorro que me tem como filha e trata tão bem a minha família. Quero agradecer a minha sogra Vera Lúcia Cerqueira e ao meu sogro José Olímpio(*in memoriam*), pessoas maravilhosas que me acolheram e me receberam em sua família como filha, me apoiando e estendendo-me a mão, a estes eu dedico esse trabalho com grande carinho.

Quero agradecer ao meu cunhado Tharcisio e sua esposa Jailza, por todo carinho e disposição em me ajudar, principalmente Jailza a quem tenho como a irmã mais velha, que sempre me estendeu ajuda com Thaisinha a quem tem grande carinho, aos meus sobrinhos Thiago e Letícia, meu cunhado Tharcio todo meu carinho e admiração.

Aos meus professores que contribuíram para minha formação, em especial ao meu orientador o professor mestre Carlos Lima, sou imensamente grata por me aceitar como orientanda, pela disponibilidade, pelo compromisso, agradeço em especial aos professores de geografia do ensino fundamental II da minha cidade,

eles que são os sujeitos dessa pesquisa, agradeço aos meus professores Gislene e Joselito que irão compor a banca avaliadora dessa pesquisa.

Por fim, obrigada a todos, até aqui me ajudou o Senhor!

.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema Políticas Educacionais, Elementos que norteiam a Prática de Ensino dos Professores do Ensino Fundamental II no Município de Miguel Calmon-Ba. O problema central dessa pesquisa consiste em diagnosticar em que medida as políticas públicas especificamente LDB e DCN e seus aspectos didáticos contribuem para nortear a prática de ensino dos professores de geografia do ensino fundamental II, no Município de Miguel Calmon-Ba e quais as motivações presentes na prática educativa dos desses professores. Para tanto, a metodologia utilizada segue a linha dialética, com uma abordagem qualitativa. Como procedimento metodológico utilizou-se os questionários, que serviram de base para o desenvolvimento do trabalho. A partir dos resultados obtidos na pesquisa diagnosticamos que a prática docente dos professores em questão está amparada pelos documentos oficiais que contém os elementos e/ou informações necessárias para o planejamento das referidas aulas, sendo esses, sobretudo, a lei de diretrizes e bases assim como, as diretrizes curriculares nacionais. As motivações presentes na prática dos sujeitos investigados é despertar nos alunos o censo crítico reflexivo.

Palavras- Chave: Políticas Educacionais. Ensino de Geografia, Prática de Ensino.

ABSTRACT

This present work have as main theme Educational Policy and the elements that guide the Teaching Practices of the Teachers dealing with Basic Education on Miguel Calmon-Ba. The aim of this research is to diagnosis how public policies like LDB and DCN and his didactic aspects contributes on orientate the teaching practices of the basic education teachers on Miguel Calmon-Ba and the motivations contained on the educational practices of those teachers. For this purpose the selected methodology follows a dialectic line, with a qualitative approach. The methodological procedure utilized was based on questionnaires, which served as base to the works development. The results of the research leaded us to conclude that the teaching practices of the mentioned teachers are based on the official documents containing elements and/or necessary information for a class planning, among those, and most important, the law of directives and bases alongside with the national curricular directives. The motivation existent on the teaching practices of the investigated individuals was focused on awaken on the students a critic/reflexive sense.

Keywords: Educational Policy. Geography Teaching, Teaching Practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1: Município de Miguel Calmon - BA e as Unidades escolares em estudo	28
Tabela 1: Número de alunos matriculados em 2017	29
Figura 1: Colégio Clariezer Vicente dos Anjos	30
Figura 2: Colégio Municipal da Região da Serra	32
Figura 3: Colégio Municipal de Ensino Fundamental de Salgado Grande e Região	33
Figura 4: Escola de 1º Grau Engenheiro Francisco Martins Bastos	34
Figura 5: Colégio Ronan Oliveira Mota.....	35
Figura 6: Escola de 1º Grau Horácio Pires de Lima	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB – CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

DCN – DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

FACE – FESTIVAL ANUAL DA CANÇÃO ESTUDANTIL

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

PCN – PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS

PNE – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PPP – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

TAL – TEMPOS DE ARTE LITERÁRIA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL.....	12
1.1 A Política Educacional e o Ensino da Geografia: Numa Perspectiva Histórica	13
1.2 O valor Social da Educação no Brasil	16
1.3 Breve Histórico da LDB e suas Implicações para o Cenário Educacional no Brasil a partir de 1930	20
1.4 As Considerações das DCN no Contexto do Ensino de Geografia.....	23
2. CONCEITOS METODOLÓGICOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA.....	26
2.1 Descrição do Objeto de Estudo.....	27
2.2 Caracterização das Escolas de Ensino Fundamental II no município de Miguel Calmon- BA.....	29
2.2.1 Colégio Clariezer Vicente dos Anjos	30
2.2.2 Colégio Municipal da Região da Serra.....	32
2.2.3 Colégio Municipal de Ensino Fundamental de Salgado Grande e Região	33
2.2.4 Escola de 1º Grau Engenheiro Francisco Martins Bastos.....	34
2.2.5 Colégio Ronan Oliveira Mota	35
2.2.6 Escola de 1º Grau Horácio Pires de Lima.....	36
3. ANÁLISES DE DADOS: RESULTADOS E REFLEXÕES DA PESQUISA	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICES	45

INTRODUÇÃO

É notório que os sistemas de ensino estão cada vez mais buscando adaptar-se aos novos tempos, “as políticas educacionais” consistem em tudo aquilo que o governo faz ou deixa de fazer referente às questões escolares, e para que esse sistema seja desenvolvido com eficácia é necessária a presença de um ambiente próprio do fazer educacional, que nesse sentido, é a escola juntamente com o corpo que a compõem, professores, alunos, servidores, pais, comunidade e Estado, que por sua vez, rege as decisões do governo desde alterações curriculares até mudanças estruturais, além de propostas metodológicas diferenciadas na pretensão de que os professores aceitem e introduzam essas mudanças nas suas práticas profissionais e valorização profissional.

Partindo desse pressuposto a escola é conhecida como âmbito de ensino-aprendizagens de culturas universais garantidos pelo estado, e nesse sentido, imprescindível que se discuta o processo didático-pedagógico dos docentes, principalmente de geografia, pois o ensino dessa disciplina pode contribuir para o entendimento de mundo dos alunos. Vale salientar que também existem muitas discussões acerca do ensino e aprendizagem nas aulas de Geografia, e na maioria destes há uma grande preocupação com a maneira defasada que tal ensino vem se apresentando.

O sistema educativo e as escolas estabelecem relações entre si e existem duas importantes razões para conhecermos e analisá-las. A primeira faz referência às políticas educacionais e as diretrizes organizacionais e curriculares que são as ideias, valores, atitudes e práticas capazes de influenciar as escolas e seus profissionais no que diz respeito às ações formativas dos alunos. A segunda está pautada aos profissionais das escolas, os quais podem aceitar ou rejeitar essas políticas e diretrizes educacionais, ou até mesmo, dialogar com elas e então formular, de modo coletivo, práticas formativas e inovadoras.

Assim, a garantia das aprendizagens, na formação inicial e continuada dos professores, propõe que os preparem para o trabalho coletivo e para as mudanças de posições e de papéis que poderiam assumir na escola. Partindo desse pressuposto esse trabalho consiste em diagnosticar em que medida as políticas públicas especificamente a Lei de Diretrizes e Bases – LDB e as Diretrizes

Curriculares Nacionais - DCN, fundamentalmente, como os seus aspectos didáticos contribuem para nortear a prática de ensino dos professores de geografia do ensino fundamental II, no Município de Miguel Calmon-Ba e quais as motivações presentes na prática educativa desses profissionais.

Para a realização desse trabalho foi seguido o método dialético utilizado na abordagem qualitativa, no processo metodológico foram utilizados questionários que serviram de base para desenvolver o trabalho e analisar os resultados obtidos. Essa pesquisa justifica-se relevante considerando-se a ausência de pesquisas acerca da temática em questão, enfatizando as especificidades da ação docente desenvolvidas no município de Miguel Calmon-BA, a fim de refletir acerca das práticas pedagógicas.

O município em questão conta com 12 professores de geografia no ensino fundamental II, mas nem todos aceitaram participar da pesquisa, percebemos uma resistência e desinteresse por parte de alguns, dessa forma contamos com a colaboração de 07 professores da rede municipal calmonense. O trabalho foi dividido em dois capítulos: o primeiro, intitulado as políticas educacionais no contexto do ensino de geografia no Brasil, referindo-se ao referencial teórico que embasa esse trabalho; o segundo, intitulado conceitos metodológicos para o ensino de geografia diz respeito à descrição do objeto de estudo, assim como o resultado e reflexões das análises dos dados adquiridos.

1. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL

No primeiro tópico deste capítulo - A Política Educacional e o Ensino da Geografia: uma perspectiva histórica - busca-se discutir a política educacional e o ensino de geografia numa perspectiva histórica, para melhor compreensão do processo político e educacional em que o país estava inserido, trazendo os primeiros autores que contribuíram para a construção da ciência geográfica, assim como o reconhecimento da geografia como disciplina escolar e sua obrigatoriedade, passando a fazer parte de todas as reformas educacionais do país.

No segundo tópico - O valor Social da Educação no Brasil - a discussão é voltada para o valor social da educação no Brasil, trazendo um enfoque no papel

formador da educação para a sociedade, uma vez que contribui através da escola para o crescimento, desenvolvimento intelectual e social dos indivíduos.

No terceiro tópico - Breve histórico da LDB e suas Implicações para o Cenário Educacional no Brasil a partir de 1930- deste capítulo faz-se referência ao breve histórico da LDB e suas implicações para o cenário educacional no Brasil a partir de 1930, as transformações que ocorreram no país após a revolução, e a necessidade de uma reforma no sistema educacional brasileiro que deu aporte para criação das políticas educacionais, as leis de diretrizes e bases da educação e as diretrizes curriculares nacionais.

No quarto tópico deste capítulo - As Considerações das DCN no Contexto do Ensino de Geografia a discussão volta-se para as contribuições das diretrizes curriculares nacionais para o ensino de geografia.

Espera-se que as práticas de ensino dos professores de geografia estejam orientadas pelas diretrizes e que estas contribuam para o desenvolvimento de aulas dinâmicas e prospectivas, direcionadas para a leitura e percepção do mundo por parte dos alunos.

1.1 A Política Educacional e o Ensino da Geografia: Numa Perspectiva Histórica

As mudanças políticas e econômicas que o Brasil enfrentou no Século XX modificaram o ensino de geografia, além de todo o contexto educacional do país. No decorrer dos anos no Brasil a política educacional fora definida de várias formas, e para melhor compreensão precisamos saber o significado da palavra política. Política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que exprime a condição de participação das pessoas que são livres nas decisões sobre os rumos da cidade, a *pólis*.

O conceito de política encandeou-se, assim, ao do poder do Estado, ou sociedade política, em atuar, proibir, ordenar, planejar, legislar, intervir, com efeitos vinculadores a um grupo social. Historicamente essa participação assumiu feições distintas, no tempo e no lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta (SHIROMA, 2011, p. 7).

Nesse caso, um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política educacional: o Estado. A política educacional brasileira, diz respeito às medidas que o Estado, no caso, o governo brasileiro, deve imprimir a educação no país, (Saviani,

2002). Para contrabalançar os efeitos decorrentes de uma sociedade capitalista, cuja economia fica centrada na propriedade privada dos meios de produção, é que se produz no âmbito do Estado, a política social, abrangendo ações, nas áreas de saúde, cultura, previdência e assistência social, comunicações e educação.

No decorrer dos anos 90 o debate sobre educação e desenvolvimento esteve pautado pela exigência de responder ao padrão de qualificação emergente no contexto de reestruturação produtiva e de globalização da economia, ocupando lugar de destaque nas políticas educacionais (OLIVEIRA, 2001, p.105).

Nesse contexto político, social e econômico ao qual se encontrava o país após a revolução de 1930, muitas investidas em leis e ementas que viessem contribuir para a transformação do sistema educacional foram feitas, mas, somente em 1996 a lei nº 9.394/96, foi então promulgada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Com a implantação da nova LDB, diversas iniciativas foram tomadas com a finalidade de articular mudanças na Educação Básica e melhorar a qualidade do ensino no país.

Em conformidade a essa nova LDB, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, em 1997 com metas e orientações a serem seguidas por toda a nação, buscando uma escola pública de qualidade, aberta para toda a população, voltado para as necessidades da minoria, com finalidade de reorganizar o sistema educacional e orientar os profissionais da educação em sua prática de ensino. Nesse contexto esse documento apresenta grande relevância para o ensino de geografia, proporcionando aos discentes e docentes caminhos no qual esta ciência, como disciplina escolar, deve trilhar, contribuindo assim para um ensino de geografia de uma maneira eficaz e dinâmica.

Sendo assim, refletir como a geografia é apresentada nos PCN nos permite entender o quanto este documento é essencial para a compreensão e intervenção na realidade social, onde por meio da geografia somos levados a analisar diferentes interações, a dinâmica do espaço, natureza, convívio, conflitos da sociedade e para além deste, discutir atenciosamente tais relações.

Sabemos que desde os primórdios o termo geografia se apresentava em algumas expressões e ações de forma parcial ou até mesmo tradicional. Para Sodré (1976), “a geografia é talvez uma ciência de história mais longa, que começa com as primeiras comunidades gentílicas”. Segundo o mesmo, os gregos foram os primeiros a registrar os conhecimentos geográficos, dentre eles estão, Ptolomeu com a

proposta do geocentrismo, Tales e Anaximandro que tiveram grande importância na construção de um arcabouço que resultou mais tarde na ciência geográfica.

No Brasil entre os séculos XVI, XVII e XVIII, que chamamos período colonial a educação fora apresentada por jesuítas e claramente diferenciada entre os indígenas e donos de colonos, primeiro valorizou-se a formação religiosa cristã, camuflada a introdução de amor à pátria, através da leitura poética da paisagem na escola.

Em 1837 o Colégio Pedro II foi fundado com intuito de copiar os Liceus franceses, e por fazer parte do programa de conteúdos do colégio, que era referência no país, à geografia teve um salto na sua trajetória como disciplina escolar passando a fazer parte de todas as reformas educacionais. Nesse contexto, com o fim da segunda guerra mundial, surgiu na Europa pesquisas científicas financiadas por empresas capitalistas que proporcionaram o aparecimento de uma nova geografia, voltada não para a forma como a geografia tradicional descrevia as coisas, já que esse método não dava mais respostas satisfatórias a sociedade. A geografia crítica vem com uma nova forma de enxergar os problemas importantes para a sociedade. Conforme Corrêa (1986):

Os paradigmas tradicionais são submetidos à severa crítica por parte de uma geografia nascida de novas circunstâncias que passam a caracterizar o capitalismo. Trata-se da geografia crítica, cujo vetor mais significativo é aquele calcado no materialismo histórico e na dialética marxista (CORRÊA, 1986, p.19).

Segundo o autor supracitado, o ensino da geografia torna-se fundamental para a construção da cidadania, possibilitando desta forma uma visão ampla de problemas que antes eram considerados não importantes para a sociedade.. Percebe-se que ao decorrer dos anos o ensino de geografia vem sofrendo algumas alterações, porém apesar de sua importância, continua enfrentando dificuldade para se desenvolver no contexto escolar, pois muitos ainda acreditam que não passa de uma simples disciplina escolar ou universitária, cuja função seria a de fornecer elementos para a descrição do mundo. Segundo Lacoste (1988):

Por ter sido uma disciplina mal compreendida ou de certa forma foi vista como uma “disciplina decorativa”, onde não há o que se entender mais sim decorar, fez com que os alunos perdessem o interesse por esta ciência, os alunos não querem mais ouvir falar dessas aulas que enumeram, para cada região ou para cada país, o relevo- clima- vegetação- população- agricultura- cidades- indústrias (LACOSTE, p.21, 1988).

Com base nisso podemos ressaltar que muitas são as dificuldades para se ensinar geografia, muitas escolas não possuem recursos que contribuam para o bom desenvolvimento das práticas de ensino e as que possuem nem sempre os emprega em salas para proporcionar aulas mais dinâmicas, assim como muitas das vezes por não terem uma formação adequada para os professores de geografia, além de maiores investimentos por parte dos governantes para uma maior valorização de tal área do conhecimento. Com isso, primordialmente para garantir um bom ensino de geografia, é preciso que os professores abandonem a concepção clássica de memorização e a utilização de apenas aulas expositivas.

Outro fator para melhoria do ensino da geografia é capacitar professores na sua formação, garantindo ao mesmo tempo para dedicar-se aos seus planejamentos, assim como a sua saúde, não sucatear seu salário, e os livros devem parar de fragmentar conteúdos e acompanhar a evolução da geografia. Dessa forma há possibilidades que o ensino da geografia venha a se tornar eficaz e eficiente difundindo assim uma melhor compreensão do seu propósito enquanto disciplina escolar.

1.2 O valor Social da Educação no Brasil

A educação tem papel fundamental na sociedade uma vez que contribui através da escola para o crescimento e desenvolvimento intelectual e social dos indivíduos, a formação de cada ser humano se constitui a partir de suas experiências e aprendizagens, sua cultura e as interpretações que esse faz das relações sociais que junto à cultura cria e desenvolve sua identidade, que por sua vez muda e influencia o ambiente. Sendo assim, a educação é a base essencial na evolução de cada indivíduo sendo o pilar do desenvolvimento social, e sem ela muitas sociedades mesmo sendo desenvolvidas voltariam ao estado primitivo em pouco tempo, ela oferece uma base de conhecimento para todas as pessoas, como afirma Freire, “a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação” (FREIRE, 1991, p. 84).

Nesse sentido, como a instituição mais relevante da sociedade, além de ensinar conteúdos, a escola também transfere saberes éticos, morais e sociais,

onde seus atores são alunos, corpo docente, funcionários, o apoio pedagógico e todos que estão inseridos no ambiente escolar. Diante disso participam de uma estrutura hierárquica garantindo a comunhão de ideias e o fortalecimento do espírito coletivo e comunitário, tendo como principal fundamento o repasse de valores para seus alunos. A definição de valores no vocabulário pertence à economia, e segundo afirma Cunha (1980) a educação é tratada pelo Estado no Brasil, como “a luz” capaz de iluminar toda uma imensa “região” da vida social deixada sombria pelo desenvolvimento econômico. Para o autor é como se a educação viesse contribuir para amenizar o desequilíbrio da economia, atribuindo à educação o papel de instrumento de equalização de oportunidades.

Desse modo, a educação tem sido julgada também como um instrumento privilegiado para “correção” das iniquidades existentes na sociedade contemporânea. (CUNHA, 1980, p.19). Esse papel foi atribuído por duas correntes de pensamento, a autoritária e a liberal. A corrente liberal coloca a escola como responsável não pela eliminação das diferenças, mas pela construção de uma sociedade onde todos tenham motivação para competir por posições de estrutura ocupacional.

Esta corrente autoritária destaca que a educação poderá produzir pessoas que tenham níveis de desempenho intelectuais e técnicos, bem como virtudes programadas seguindo a metodologia didática apresentada por eles, onde os indivíduos atingirão os níveis desejados por eles sem depender de fatores inesperados. Busca-se refletir a definição de valores mais aceita na educação brasileira na modernidade, bem como o valor social da educação no Brasil, sendo que o ato de educar para os valores é a transmissão de ideias que acreditamos, assim como afirma Marques: “A escola e a educação em geral, embora não sendo uma panaceia, podem contribuir para ajudar os jovens a encontrarem os caminhos para a vida digna e para a felicidade” (MARQUES 2001, p.27).

Para o autor não é preciso uma disciplina independente para ensinar valores, mas é necessário um profissional docente que tenha compromisso social disposto a transmitir essas virtudes, e assim praticando esses hábitos contribuirá para a formação da cidadania desses sujeitos, pois estas ações cotidianas levarão a construção da verdadeira cidadania. Os parâmetros curriculares Nacionais elucidam as formas de educação em valores bem como suas tendências, e para educar para

valores os docentes precisam organizar seus planos de forma lúdica, reflexivas e conceituais.

Para os parâmetros a educação em valores está presente em todas as disciplinas do currículo escolar, e a tendência democrática seria a mais adequada, embora seja, um desafio aos professores na busca do conhecimento nas diferentes áreas, essa ação permitirá fomentar princípios que fundamentam valores com objetivo de construir a cidadania no espaço, a aprendizagem de valores e atitudes exige a tomada de posição diante de problemas fundamentais e urgentes da vida social.

O artigo 27 da LDB faz referência à educação em valores ao determinar que,

Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática”. (BRASIL, 1996, p.32).

A utilização do espaço escolar na persistência de um ensino-aprendizagem para o exercício da cidadania é algo que deve acontecer em todos os momentos do processo de formação dos educandos, empenhando possibilidades e vivências que contribuam para um posicionamento de relação com o outro, de curiosidade multicultural na busca do saber, promovendo a construção colaborativa do conhecimento, tendo em vista a necessidade de garantir as relações que desenvolvam nos alunos o sentimento de autoestima e valorização. Segundo Tillman (2001), a paz, respeito, amor, tolerância, felicidade, responsabilidade, cooperação, humildade, honestidade, simplicidade, liberdade e união, são os valores a serem ensinados aos alunos na escola, diante disso se a escola deixa de cumprir seu papel social o sistema ético será limitado apenas ao convívio humano.

Conforme Libâneo (1998), podemos refletir valores na educação sob a ótica que diz:

É preciso que a escola contribua para uma nova postura ético-valorativa de recolocar valores humanos fundamentais como a justiça, a solidariedade, a honestidade, o reconhecimento da diversidade e da diferença-o respeito à vida e aos direitos humanos básicos, como suportes de convicções democráticas (LIBÂNEO, 1998, p. 67).

Ainda nessa perspectiva Antunes (2010), afirma que a honestidade, a coragem, a amizade, o respeito, a liberdade, a criatividade, a autoestima, a bondade, a confiança, prestatividade, força de vontade, a lealdade, o otimismo, a

responsabilidade, a paciência e a sinceridade fazem parte da lista dos valores que ele acredita que se deve ensinar nas escolas, o professor deve estar comprometido com a ideia de liberdade, à medida que almeja tornar o aluno um cidadão esclarecido, maduro e com autonomia.

Acredita-se que a educação ancorada a tais princípios deve-se ajudar na criticidade e reflexão da realidade, de modo que contribua a idealizar formas mais justas e adequadas de convivência, desse modo, a formação ética associa-se a instrução, que tem como objetivo desenvolver condições para que os alunos, jovens e crianças participem da vida em sociedade com autonomia e de forma ativa. Grande parte da população não se preocupa em conceituar valores, os pais ensinam aos seus filhos aquilo que aprenderam e jugam necessário ensinar para o desenvolvimento social dos mesmos, o que lhes foram transmitidos ao longo dos anos, mesmo sem conhecer os conceitos muitos consegue ensinar seus valores, pois desejam que estes sejam internalizados e passados para as gerações futuras.

Segundo Facundes (2001) a crise social em que a sociedade se encontra diretamente ligada aos valores que estão sendo perdidos e/ou esquecidos por aqueles a quem cabe a responsabilidade de transmiti-los e o desconhecimento daqueles que deveriam estar aprendendo seja por ensino direto ou por observação do comportamento do outro. Facundes (2001) reitera que é imprescindível que se tenha exercido com autonomia aquilo que foi ensinado, para que os jovens possam assumir um caráter legítimo, tendo certeza que suas escolhas não trarão consequências no futuro e possa gerenciar suas escolhas com responsabilidade e autonomia, a fim de construir uma sociedade mais justa e harmoniosa.

Os jovens e crianças precisam aprender coisas simples, mas que tenham significados para eles, não é proveitoso ensinar aquilo que não é praticado no cotidiano, aquilo que não se realiza. Se pretendemos ter uma sociedade mais justa, então devemos nos comprometer com o ensino dos valores, e isso deve ser encarado com atenção e responsabilidade, sempre buscando formas diferenciadas e sedutoras para despertar nos alunos o prazer de estarem aprendendo esses valores. Todavia acredita-se que toda atividade pedagógica que mobilize o aluno para processos de reflexão e de si colocar no lugar do outro, o pensar sobre determinados assuntos, a construção de argumentos, até chegar a consensos sobre determinados focos, são essenciais para ativar a dimensão cognitiva e afetiva do

aluno. Entretanto, para que esse objetivo seja alcançado é fundamental que haja diálogo entre professores, alunos e toda equipe escolar.

Dessa forma a escola tem a responsabilidade em dar condições para que os alunos continuem estudando e aprendendo durante toda vida, valorizando o respeito pelos companheiros, a solidariedade, a capacidade de participação em atividades coletivas, bem como aceitar as transformações da sociedade. Assim é imprescindível que o currículo escolar esteja carregado de valores para que some aos conteúdos explícitos que as escolas devem transmitir aos estudantes.

Propostas curriculares oficiais costumam compilar não apenas os conteúdos de informação que os alunos devem assimilar nas diferentes matérias do currículo, mas também as atitudes e os valores que se pretende comunicar-lhes ao abrigo do trabalho escola nas diferentes áreas curriculares (ZABALZA, 2000, p.23).

Nesse sentido é importante ressaltar que todo corpo docente esteja envolvido e consciente do seu papel de intervenção, pois formar para os valores implica vivência no dia a dia da escola. Nesse contexto asseguramos que é função de a escola preparar os educandos para o exercício da cidadania, perceber se os alunos têm conhecimentos, sobretudo que a escola é bem mais que o espaço para a transmissão de saberes, é reconhecer a escola como reestruturação para assim poder desempenhar o papel mais importante aos educandos que não só o de ensinar, mas sim o de formar pessoas com capacidade de se tornarem atuantes no mundo.

Consideramos que a formação dos sujeitos é resultado das ações e aprendizagens ao longo do tempo no mundo que vivem da convivência familiar e podem ser exercitados na escola no cotidiano de cada aluno, e da sua relação com colegas e funcionários da escola. Diante disso ressaltamos que os objetivos da escola consistem no ato de educar para os valores, e também para a formação da cidadania. É necessário reunir a prática de ensino com ações que venham contribuir para o desenvolvimento social.

1.3 Breve Histórico da LDB e suas Implicações para o Cenário Educacional no Brasil a partir de 1930

Após a revolução de 1930 no Brasil houve irrefreável avanço da sociedade brasileira, tanto na industrialização quanto na urbanização, as pressões sociais

intensificaram em torno da instrução pública, a educação como direito social, necessitava de parâmetros e normas que orientassem sua constituição e assegurassem a possibilidade de sua efetivação ao longo dos anos. Sendo assim, foram criadas as leis de diretrizes e bases da educação e para melhor compreensão desse processo faz-se necessário analisar as implicações desse instrumento para o cenário educacional nos países, o que trataremos nesse capítulo.

Alguns obstáculos se apresentavam para efetivação das políticas públicas sociais a partir desse período mencionado. Dentre eles, a falta de crença no Estado como agente competente na promoção dessas políticas, as discursões estavam cada vez mais frequentes propagando assim, o entendimento do analfabetismo como uma doença, vergonha nacional que deveria ser cessado.

O conhecimento da LBD é fundamental para que a educação seja compreendida como direito de todo cidadão brasileiro, desde a creche até os níveis mais avançados da formação superior. A acessibilidade é uma questão de justiça e uma marca de política pública de sociedades democráticas XX (BRASIL, 1996, p, 22,).

O discurso governamental da época era o de que a estabilidade do país já estava garantida, fazendo-se necessário retomar ao leme da proposta de crescimento e desenvolvimento econômico. Crescimento dependente da modernização da administração governamental que se daria pela redução de custos e maximização dos resultados. Nesse contexto formularam-se reformas no ensino em diversos Estados da Federação tendo em vista a expansão da oferta pública, surgindo movimentos organizados com ideias renovadas relativas às questões da qualidade da educação no país.

Um crescente interesse pelas questões educacionais despertou em intelectuais e políticos da época a ideia que era indispensável à modernização no Brasil, a montagem de um estado centralizador, antiliberal e intervencionista, herança dos anos anteriores. Dessa forma, todos valorizavam o papel que a educação deveria cumprir para sua realização, a tal ponto que nele pareciam estar contidos a solução para os problemas do país, tais como, sociais, econômicos ou políticos. Somente após a revolução efetivou-se a criação do ministério da educação que começou ser reconhecida como uma questão nacional.

Entretanto, a preocupação central, contudo, não estava limitada à formação da força de trabalho para lidar com as inovações tecnológicas e organizacionais, incluíram também questões políticas como financiamento, controle e gestão da

educação pública e cultural, a partir das mudanças da reestruturação econômica e da necessidade de mudança do paradigma educacional na sociedade.

Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma de lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo, e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos, bem como a distribuição adequada dos fundos especiais (SAVIANI, 1994, p.10).

Nesse contexto é evidente que se pretendia implantar um sistema nacional de educação, com normas nacionais, visando à elaboração de um plano para encaminhar a solução dos problemas educativos no país, assim a Constituição Federal de 1934, concerne às primeiras diretrizes da educação nacional, também chamada de “carta magna”. Nos anos seguintes houve uma série de medidas referentes à educação; em 1931 as reformas do Ministro Francisco Campos, em 1932 o manifesto dos pioneiros da educação nova, 1934 exigências da constituição de 1934 em fixar as diretrizes, elaborar plano de educação, assim como, as lei orgânicas do ensino.

Na proposta da LDB nº 9.394/96 estão contidas os principais componentes que legitimam os direitos, os deveres, as pretensões educativas da população brasileira, a lei tem o compromisso de selar os interesses sociais através da delimitação de comportamentos e garantias de direitos. (Monteiro, Gonzalez e Garcia, 2011). Contudo, são inegáveis as implicações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96. No ensino fundamental o cuidado com o tempo de escolarização e o uso do livro didático como orientação da LDB.

No ensino médio, a preocupação seguiu com a avaliação e a contribuição do ENEM, podemos citar também a expansão do ensino superior, a criação de novas universidades, obrigatoriedade da formação de professores em licenciaturas para ensinar os anos finais da educação básica entre outros itens que não trataremos nesse capítulo. No tocante ao professor a LDB trata o docente como eixo central na qualidade de educação, o professor não pode se contentar apenas em desenvolver saberes e competências para ter uma boa atuação em sala de aula, é preciso tomar consciência do sistema escolar e enxergar além. Segundo Freire (2002), como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar

mais seguro no meu próprio desempenho. Para Saviani (2010), também há muitas lacunas neste projeto de Estado.

Diante do que decorremos sobre o breve histórico da LBD no Brasil a partir de 1930, notamos que em decorrência das transformações que o país vinha vivenciando as leis de diretrizes de base da educação e os parâmetros curriculares da educação, surgiram num momento histórico marcado por movimentos sociais, configurando-se como um importante instrumento de suporte para orientar as mudanças educacionais de acordo com as exigências legais em questão.

1.4 As Considerações das DCN no Contexto do Ensino de Geografia

Após as transformações que o Brasil enfrentou no auge de uma urgência histórica buscando reorganizar o sistema educacional, foram criadas leis e diretrizes que viessem servir de parâmetros para o ensino no país. E a promulgação dessas leis ocorreu no âmbito de uma determinada conjuntura política e econômica, com o objetivo de difundir determinados valores. Em meados dos anos 70 a geografia era explicada evitando qualquer forma de compreensão que confundisse o observador com o objeto de análise, pretendiam-se ensinar uma geografia neutra, os alunos eram orientados a descrever, relacionar os fatos naturais e sociais, fazer comparações entre eles e elaborar suas sínteses. Essa perspectiva desencadeou a produção dos livros didáticos com interpretações de aprendizagem defendidas pela geografia tradicional. Segundo Moraes (1987) os livros didáticos de Geografia, traziam o conteúdo como descritivo, fragmentado, sem considerar a realidade, não representando os problemas do mundo aos nossos educandos.

No final da década de 1970, com a chegada da geografia crítica a corrente geográfica ganha novos rumos resultantes de discussões metodológicas e ideológicas da geografia, com inspirações dialética e marxista. Já nos anos de 1980, a geografia ganha novos horizontes, vai além da descrição e da análise superficial para a leitura crítica dos fatos.

No contexto atual em que o vivemos o que embasa as propostas curriculares brasileiras é a Lei 9.394/96, a partir da regulamentação dessa lei surgiram as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Nesse sentido, as DCN é um documento com origem na Lei de Diretrizes e Bases da

Educação (LDB), de 1996, que assinala ser incumbência da união estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum.

Portanto, as propostas pedagógicas e os regimentos das unidades escolares devem, no entanto, observar as Diretrizes Curriculares Nacionais e os demais dispositivos legais. O sentido adotado neste parecer para diretrizes está formulado na Resolução do Conselho Nacional de Educação-CNE/Câmara de Educação Básica-CEB nº 2/98, que as delimita como conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica.

Desta forma, ao definir suas propostas pedagógicas e seus regimentos, as escolas estarão compartilhando princípios de responsabilidade, num contexto de flexibilidade teórico/metodológica de ações pedagógicas, em que o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação dos processos educacionais revelem sua qualidade e respeito à equidade de direitos e deveres de alunos e professores. Ao elaborar e iniciar a divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Ministério da Educação propõe um norteamento educacional às escolas brasileiras, “a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos” (CNE/CEB nº 04/98).

De acordo com o CNE, as diretrizes curriculares contemplam elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão, visando promover no estudante a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

Nessa perspectiva o professor de geografia, principalmente aquele que trabalha no ensino fundamental II, deve transmitir para seus alunos a importância do conhecimento geográfico não apenas para a utilização em sala de aula, mas também para sua vida cotidiana. É importante que o aluno seja direcionado para a construção de um conhecimento autônomo, o que lhe fornecerá subsídios para que se torne um leitor e escritor crítico da sociedade em que vive e se relacionamento. Constatam-se orientações sobre as habilidades gerais, carga horária, avaliação, entre outros, essas normas servem para nortear o curso de graduação em geografia preparando professores para a futura profissão, o exercício de ensinar geografia

escolar. Dessa forma o ensino da geografia escolar é fundamental para a construção da cidadania possibilitando uma visão ampla de problemas sócias, naturais, culturais e econômicos. Para Cavalcanti 1998:

Trata-se de possibilitar aos alunos a prática de pensar os fatos e acontecimentos enquanto constituídos de múltiplos determinantes; de pensar os fatos e acontecimentos mediante várias explicações, dependendo da conjugação desses determinantes, entre os quais se encontra o espacial (CAVALCANTI, 1998, p.24).

Em consonância com as DCN, os parâmetros curriculares nacionais, buscam expandir as discussões no âmbito educacional no país, ajudando docentes e discentes na construção de uma educação mais prospectiva. Para Brasil 2001, os Parâmetros Curriculares Nacionais apoiam-se em normas legais e procuram contribuir na busca de respostas a problemas identificados no ensino fundamental. Sendo assim, no que se refere ao ensino fundamental, é importante considerar quais são as categorias da Geografia mais adequadas para os alunos em relação a cada etapa da escolaridade e às capacidades que se espera que eles desenvolvam. Pensando em melhorar o ensino de geografia os PCN salientam propostas que permitam a construção de um conjunto de procedimentos referentes à geografia e estes lhes permita ser capazes de compreender o objetivo da geografia é compreender o espaço e o homem dentro de uma perspectiva dialética, o estudo do espaço geográfico tem como referência categorias próprias que são requisitos para realizá-lo. Para melhor compreensão, os PCN salientam eixos temáticos com multiplicidade de temas, para enfoques, que permitem ao professor a compreensão e explicação dos lugares do mundo.

É imprescindível que os professores entendam os conteúdos como eixos temáticos norteadores de suas praticas de ensino. Esses eixos temáticos permitirão que os docentes possam escolher com liberdade os conteúdos da sua prática. Para que estes conteúdos possam ser selecionados de forma realmente relevantes e significativos, além de abordados de forma simples e compreensível. Assim, os PCN salientam os objetivos a serem alcançados em cada ciclo, assim como propõem para cada ciclo quatro eixos temáticos norteadores, os professores podem trabalhar com mais de um eixo na elaboração de seu plano de curso. Desse modo é percebível que o ensino e aprendizagem de geografia no ensino fundamental II, é um processo de continuidade. Nestes dois ciclos objetiva-se que os alunos possam avançar teórico e metodologicamente enquanto ao campo da epistemologia da

geografia. Portanto esses documentos apresentam caminhos pedagógicos e metodológicos que podem ajudar a busca da construção de possíveis problemas apresentados no ensino fundamental II, assim como caminhos para uma prática de ensino prospectivo e unificado. Diante disso, no contexto do ensino de geografia, acredita-se que o professor deve ser capaz de entender que os conteúdos programáticos são meios para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à aquisição de saberes necessários à leitura do espaço em suas múltiplas dimensões.

2. CONCEITOS METODOLÓGICOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

Nesse capítulo serão apresentados os conceitos metodológicos para realização desse trabalho com objetivo de revelar a sucessão de conceitos que servem como indicadores das mudanças teórico-metodológicas do pensamento geográfico aplicado ao ensino, assim como os caminhos utilizados para a coleta de dados e elaboração dessa pesquisa. Sendo assim, optamos por uma pesquisa descritiva, que segundo Gil (2008) objetiva descrever as características de certa população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis; envolvem técnicas de coleta de dados padronizadas, questionário, observação, assume em geral a forma de levantamento.

Utilizaremos o método dialético, empregado em pesquisa qualitativa, considerando que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que requerem soluções. Portanto toda a argumentação apresentada no trabalho coloca-se em defesa de um ensino de geografia que oportunize aos estudantes uma formação crítico, reflexiva e emancipadora.

Dessa forma, o ensino de geografia necessita de diversificação das metodologias utilizadas na aplicação de determinados conteúdos, como nos mostram os parâmetros, pois durante muito tempo a geografia era ensinada de forma tradicional, onde os métodos utilizados eram a mentalização e descrição por parte dos alunos tornando as aulas enfadonhas. Com o passar dos anos o ensino de geografia foi aprimorando e se percebendo que as contribuições que o ensino de geografia oferece aos alunos são muitas, pois estimula algumas capacidades, sendo elas, cognitiva, afetiva e ética.

Ainda devemos salientar que a geografia estuda a relação da sociedade com o meio natural e essa junção originou cinco conceitos-chave dessa ciência, são eles: paisagem, região, espaço, lugar e território. É através desses conceitos que se entende o espaço geográfico, porém a Geografia nos permite diferentes formas de análise. Assim, o espaço geográfico é a principal categoria de análise da ciência geográfica, é ele o conceito referencial para o ensino de Geografia. É em torno de sua compreensão que todos os demais conceitos giram. Segundo (Callai, 2005), a compreensão desse conceito chave permite construir nos estudantes “um olhar espacial da realidade”.

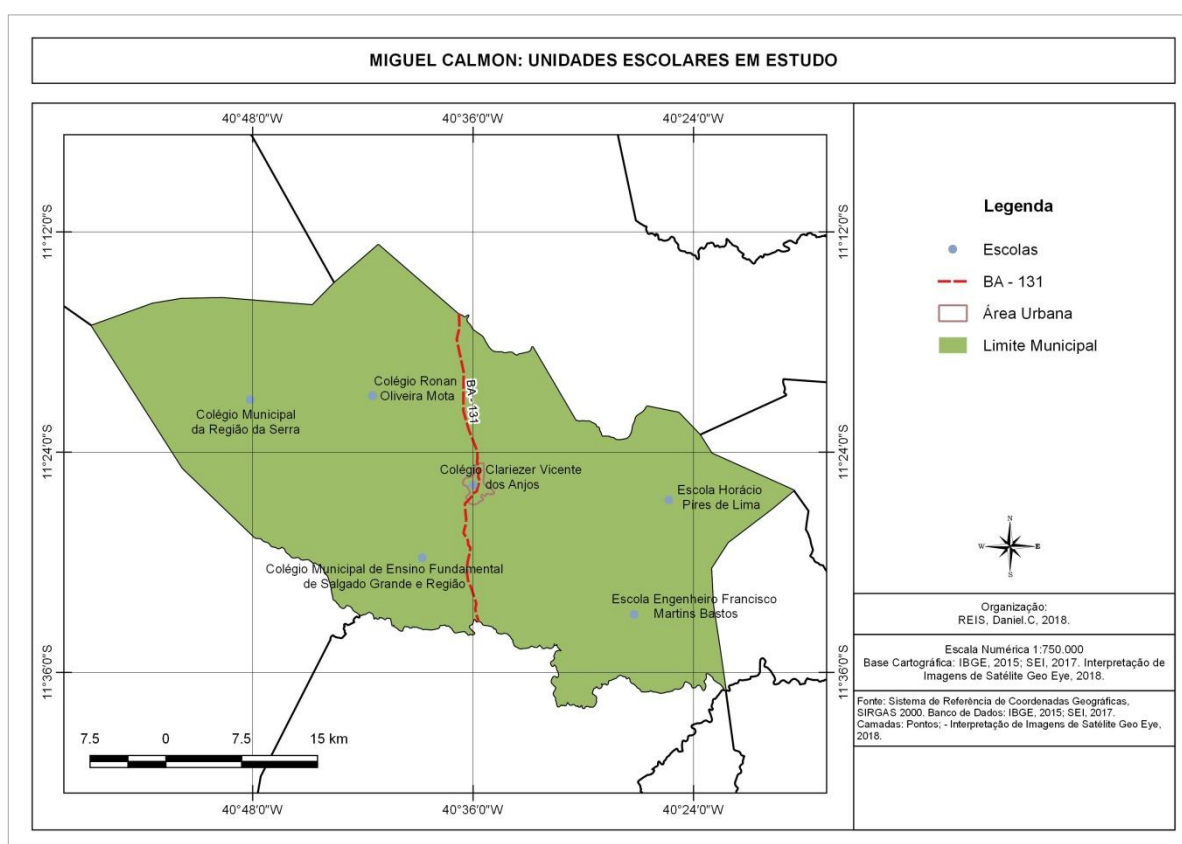
Nesse contexto, é importante que no ensino de geografia, sobretudo no ensino Fundamental II, o conceito de espaço se converta, por extensão e complexidade, no conceito de lugar. Assim, a compreensão desse conceito também passa a ser referência para a aprendizagem. Esta área de conhecimento deve oportunizar que os estudantes compreendam melhor a realidade em que vivem e nela intervenham de modo à transformá-la. Deve ajudá-los na apropriação significativa de conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções indispensáveis ao seu desenvolvimento como cidadãos individuais e coletivos.

2.1 Descrição do Objeto de Estudo

O presente trabalho foi realizado através de coletas de dados no município de Miguel Calmon-Ba. O município originou-se a partir do século XVII, quando chegaram bandeirantes, portugueses e paulistas as terras do interior baiano, para implantar os currais, mas com o objetivo camuflado de encontrar metais preciosos, enfrentando dificuldades como a resistência dos índios payayás, da tribo dos cariris. A história começou na época em que não havia dificuldades para uma pessoa se tornar fazendeira, bastaria ter semente de gado e coragem de enfrentar as dificuldades. Sabe-se que existiam três fazendas com nome Canabrava: Canabrava de Jacobina, Canabrava do Miranda e Canabrava do Gonçalo. É a fazenda Canabrava de Jacobina que começa a ser descrita em meio a um tempo que surge através do trabalho livre, da força imigrante, e se consolida a história do município de Miguel Calmon.

Na beleza do seu povo
 Na grandeza cultural
 Antes fostes Canabrava
 Um passado sem igual
 Suas terras, suas plantas,
 Como tudo aqui é bom
 É por essa beleza
 Que te amo Miguel Calmon!
 (NOGUEIRA, Malaquias. 2007)

Mapa 1: Município de Miguel Calmon - BA e as Unidades escolares em estudo



Fonte: Daniel Carneiro Reis, 2018.

Dessa forma, esse trabalho contou com as seis escolas públicas do município como cenário de investigação e análise. Sendo elas, Colégio Clariezer Vicente dos Anjos, Colégio Municipal da Região da Serra, Colégio Municipal de Ensino Fundamental do salgado Grande e Região, Escola de 1º Grau Horácio Pires de Lima, Colégio Ronan Oliveira Mota e Escola de 1º Grau Engenheiro Francisco Martins Bastos.

2.2 Caracterização das Escolas de Ensino Fundamental II no município de Miguel Calmon- BA

Para o desenvolvimento desse trabalho foram escolhidas as escolas de ensino fundamental II do Município de Miguel Calmon, as referidas escolas juntas somam uma quantidade de 1.603 alunos como mostra a tabela abaixo, sendo modalidade regular somando 1.233 alunos de 6º ao 9º ano e 370 alunos da modalidade EJA etapa final, que são 8º e 9º ano.

Tabela 1: Número de alunos matriculados em 2017

NÚMERO DE ALUNOS POR MODALIDADE/ ETAPA	
MATRÍCULA DE ALUNOS 6º ANO	417 ALUNOS
MATRÍCULA DE ALUNOS 7º ANO	396 ALUNOS
MATRÍCULA DE ALUNOS 8º ANO	248 ALUNOS
MATRÍCULA DE ALUNOS 9º ANO	172 ALUNOS
MATRÍCULA DE ALUNOS DO EJA FINAL	370 ALUNOS
TOTAL	1.603 ALUNOS

Fonte: Censo Escolar, 2017.

Vale salientar que temos no município 12 professores de geografia, e que esses professores são efetivos através de concurso público realizado no município e que dividem suas cargas horárias nos turnos vespertino, matutino e noturno nas respectivas escolas, pois temos apenas o Colégio Clariezer Vicente dos Anjos localizado na sede do município, enquanto os demais estão localizados na zona rural do município, mas apenas o colégio da sede funciona no turno noturno. Portanto, o município conta com 83 professores do fundamental I, 72 professores de fundamental II, 42 professores educação infantil, 15 coordenadores, 07 articuladores, 10 auxiliares/assistentes educacionais e 24 diretores, sendo que as atividades pedagógicas dos professores de geografia do ensino fundamental II que é o nosso foco de pesquisa, são auxiliados por uma coordenadora, e as reuniões de atividade complementar acontece na terça feira à noite na sede do município.

A estrutura física dessas escolas encontra-se em perfeito estado, são escolas espaçosas e arejadas, com janelas e ventilador nas salas, o telhado bem conservado, a instalação elétrica e hidráulica em bom estado não comprometendo o

funcionamento das aulas. No início do ano letivo os alunos recebem fardas e os livros didáticos, embora eles não tenham muito cuidado com material didático e também com os móveis da escola. Em conversa com professores durante as atividades complementares tomou-se conhecimento de que as escolas se destacam bastante no município devido à organização e a realização de diversos projetos e sequências importantes que contribuem significativamente para a aprendizagem dos alunos das mesmas, dentre esses projetos destacamos FACE¹ e TAL², Mais educação, Dia D da família, pensando em aproximar os pais da escola.

Além dos projetos, a escola desenvolve algumas sequências, com a realização de pequenos eventos em datas específicas como o carnaval, o dia das mães e o dia dos pais. A instituição conta ainda com aulas extras de reforço escolar para alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem. Embora sejam escolas com boa de estrutura física e professores comprometidos não alcançaram a meta do índice de desenvolvimento da educação básica em 2015 como consta no site, para os anos iniciais a meta é 6,0 atingindo apenas 4,0, e nos anos finais a meta 4,0 atingindo apenas 3,0. Em relação ao projeto político pedagógico e ao programa dinheiro direito na escola, dessas escolas é importante dizer que esses documentos encontram-se atualizados e disponíveis nas escolas para serem acessados.

2.2.1 Colégio Clariezer Vicente dos Anjos

Figura 1: Colégio Clariezer Vicente dos Anjos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

¹ Festival Anual da Canção Estudantil – FACE;

² Tempos de Artes Literárias – TAL;

A instituição de ensino está situada na sede do Município de Miguel Calmon-Ba, na rua Secunda Rosa, sendo atualmente a única escola de ensino fundamental II na sede do referido município, sua criação foi regulamentada no dia 10 de março de 1998, dando início ao projeto na gestão do Sr. Francisco Eduardo Nunes Cordeiro, contudo sua inauguração ocorreu na gestão do Sr. José Ricardo Leal Requião, sendo o referido colégio o primeiro a contemplar do 6º ao 9º ano, antiga 5ª a 8ª série, amparado pela resolução de autorização de nº 053/98 diário oficial 28/10/1996. A instituição tem uma estrutura física de grande porte, com 17 salas de aula, refeitório, pátio externo coberto, sala de direção, secretaria, biblioteca, almoxarifado, sala de professores, auditório, quadra esportiva, e coordenação pedagógica.

O nível de ensino ofertado nessa instituição é o de educação básica. Nas modalidades de Ensino Fundamental II e Escolarização de Jovens e Adultos (EJA).

O funcionamento ocorre nos turnos matutino, vespertino e noturno. Conta com 17 turmas do 6º ao 9º ano no turno matutino, no turno vespertino conta com 06 turmas do 6º ao 9º ano e 02 turmas do EJA III, no turno noturno 03 turmas de EJA III e 02 turmas do EJA IV. A equipe é composta por um coordenador pedagógico, trinta e seis professores, uma secretária, cinco auxiliares de secretaria, cinco zeladoras, um de serviços gerais, cinco merendeiras, três porteiros e dois vigias que trabalham em dias alternados. Dessa forma a estrutura física da escola dispõe de um espaço limpo e bem agradável, o que não impede o desenvolvimento de um ensino de qualidade para o desenvolvimento da capacidade do aluno de pensar e aprender sobre o que lhe é ensinado.

2.2.2 Colégio Municipal da Região da Serra

Figura 2: Colégio Municipal da Região da Serra



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

A instituição de ensino foi criada em 19 de março de 2007 buscando atender os alunos da região da serra no município de Miguel Calmon, com estrutura de médio porte a instituição conta com 5 salas, funcionando no turno matutino, e 4 salas no turno vespertino, 1 direção, secretaria, 02 banheiros, 1 merendeira, 1 porteiro, sendo no total a 20 funcionários entre professores, diretora e coordenadora. No momento atual a instituição passa por uma reforma, onde estão construindo uma cobertura na área externa da frente da escola para evitar o sol e também a chuva no período de inverno.

2.2.3 Colégio Municipal de Ensino Fundamental de Salgado Grande e Região

Figura 3: Colégio Municipal de Ensino Fundamental de Salgado Grande e Região



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Criada em 25 de fevereiro de 2008, a escola fica situada no povoado de Salgado Grande atendendo a modalidade de ensino fundamental II, com 09 salas de aula, sendo uma utilizada para biblioteca. Sua estrutura física é de médio porte, 01 sala de professores, 01 secretaria e 01 direção, 03 banheiros e 01 cozinha e pátio coberto. O funcionamento da escola ocorre nos turnos matutino e vespertino, sendo 06 turmas no turno matutino de 6º ao 9º ano e no turno vespertino 04 turmas de 6º ao 9º ano. Todo dia os professores saem da sede do município em um transporte escolar, e vai para o povoado que fica poucos quilômetros da sede. O tempo da viagem dura 20 minutos. É importante falar que a escola funciona em prédio próprio, com água da rede pública e de cisterna, energia elétrica da rede pública.

2.2.4 Escola de 1º Grau Engenheiro Francisco Martins Bastos

Figura 4: Escola de 1º Grau Engenheiro Francisco Martins Bastos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Fundada em 08/03/1988, a escola situa-se no distrito de Itapura, conhecido como Mocambo, à escola tem uma boa estrutura física que acolhe bem seus alunos e atende as famílias do povoado local, funcionando apenas no turno matutino com 04 turmas de 6º ao 9º ano da modalidade de ensino fundamental II. Com 02 merendeiras, 01 porteiro, pátio, sala de professores, direção e coordenação pedagógica a escola dispõem de banheiro com rede de esgoto de fossa, água encanada e coleta de lixo. Os docentes são levados por um transporte escolar que sai da sede do município 6hr da manhã para ensinar a esses jovens, não prejudicando o desenvolvimento do ensino aprendizagem desses alunos. Lembrando que essa escola atende alunos de povoados vizinhos ao distrito de Itapura.

2.2.5 Colégio Ronan Oliveira Mota

Figura 5: Colégio Ronan Oliveira Mota



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

O Colégio Municipal Ronan Oliveira Mota, situa-se no distrito de Brejo Grande, a Rua Francisco De Assis S/N, município de Miguel Calmon - Ba. Criado em setembro de 2005, na gestão do Sr. Humberto Miranda Oliveira, diário oficial de 21.09.2005. A instituição recebeu este nome como homenagem ao Ex. prefeito Ronan Oliveira Mota que geriu a cidade de 1984 a 1988 e de 1992 a 1996, e que construiu a escola em sua gestão com recursos da prefeitura e do plano nacional de educação, PNE. O funcionamento ocorre nos períodos matutino e vespertino, composta por aproximadamente 182 alunos, 13 professores: contando com 06 funcionários administrativos e de apoio. A estrutura física da escola é de grande porte conta com: 07 salas de aula, 01 biblioteca, 01 sala de professoras, 03 sanitários para alunos(as), 01 sala de direção, 01 cantina, 01 sanitário para funcionários (as), área livre, 01 pequeno almoxarifado. Sendo conhecida como uma escola de referência do município pelo trabalho desenvolvidos pelos professores e ex-alunos aprovados nos vestibulares, inclusive na Universidade do Estado da Bahia.

2.2.6 Escola de 1º Grau Horácio Pires de Lima

Figura 6: Escola de 1º Grau Horácio Pires de Lima



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

A escola está situada à rua da capelinha s/n no distrito de Tapiranga, município de Miguel Calmon, sua criação ocorreu na data no diário oficial 06/de março de 1994, resolução nº 323/1995 na gestão de Ronan Mota de Oliveira. A escola tem uma estrutura de médio porte, conta apenas com 05 salas de aula, biblioteca, cozinha, banheiro, direção, secretaria, o funcionamento acontece nos turnos matutino e vespertino na modalidade de ensino fundamental II. A equipe é composta por 10 professores, 01 diretor, 01 coordenador pedagógico, 01 secretaria, 02 serventes, 02 merendeiras, 01 porteiro. A escola possui a quantidade de 122 alunos sendo, 20 alunos no 6º ano, 19 alunos no 7º ano, 20 alunos no 8º ano, 13 alunos no 9º ano, 24 alunos no EJA III e 26 alunos no EJA IV.

Diante dos dados descritos o espaço escolar atende uma quantidade boa de alunos no povoado, facilitando o aprendizado desses alunos, permitindo que os mesmos frequentem as aulas. Um fator que vale salientar é a dificuldade que os professores enfrentam em dias de chuva, no período do inverno, pois as estradas escorregadias o carro não segue adiante, impedindo à chegada dos professores a escola e com isso não acontece às aulas.

3. ANÁLISES DE DADOS: RESULTADOS E REFLEXÕES DA PESQUISA

É sabido que desde os primórdios, o ensino da geografia enquanto disciplina escolar enfrentou varias mudanças, diversas propostas ao longo dos anos foram postas ao professor de geografia, que vive pressionado a tornar as aulas de geografia dinâmicas a fim de despertar nos alunos o interesse em aprender, tornando a ação de educar desafiadora frente às transformações que estão acontecendo no mundo. Pensando nas transformações e mudanças que o sistema educacional atravessou ao longo do tempo, levando em consideração as leis e diretrizes que trazem em seu contexto as normas que orientam o ensino de geografia na modalidade de fundamental II, buscou-se nesse trabalho diagnosticar em que medida as políticas públicas especificamente LDB e DCN e seus aspectos didáticos contribuem para nortear a prática de ensino dos professores de geografia do ensino fundamental II no Município de Miguel Calmon-Ba.

Para realização desse trabalho alguns procedimentos foram seguidos, como: observações das aulas e conversa com professores em momentos de atividade complementar e aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas para que os professores pudessem expor as opiniões, já que são esses os principais sujeitos dessa pesquisa.

O questionário possui perguntas fechadas e abertas as perguntas fechadas que versam sobre assuntos como: identificação pessoal, formação acadêmica, experiência profissional e dinâmica escolar, quais tipos de recursos utilizados para desenvolvimento da prática pedagógica, qual documento oficial que o professor utiliza para orientar o planejamento das aulas, em qual documento o professor registra seu planejamento, quais as dificuldades encontradas no processo de ensino de geografia, entre outras.

Ao aplicar o questionário, obtivemos respostas variadas, a faixa etária dos docentes esta concentrada entre 30 e 45 anos, sendo 02 homens e 05 mulheres. Cabe ressaltar que a pesquisa foi realizada com 07 professores da rede municipal, sendo que é um total de 12 professores de geografia, mas alguns não se dispuseram a participar desse trabalho. A segunda pergunta referiu-se a formação acadêmica, tempo de formação e especialização, onde pudemos constatar que todos os 07 formaram-se na Universidade do Estado da Bahia, apenas 01 ainda não possui especialização, e o tempo de formação varia entre 10 a 15 anos. Quanto à

experiência profissional, os professores atuam na educação entre 15 a 20 anos, sendo o vínculo efetivo, através de concurso público realizado pela prefeitura do referido município.

Perguntamos também sobre o contexto atual da instituição: a escola possui projeto político pedagógico? Você tem conhecimento a cerca do referido PPP? E todos os 07 responderam que as 06 instituições de ensino possuem os PPP atualizados, e nesse caso em visita as instituições pudemos ver os documentos. E em conversa com os professores notamos que a maioria concorda com a importância do ato de planejar e que sem um projeto o fazer pedagógico da escola fica sem uma direção a seguir.

O projeto é justamente um instrumento teórico – metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica. E, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita resignificar ação de todos os agentes da escola (VASCONCELOS, 1995 p. 143).

Para o autor o ato de planejar ocupa um espaço de gerenciamento do processo de ensino-aprendizagem, o que a escola pensa do aluno e da sociedade e para onde quer conduzi-los, sem esse norte no trabalho das ações pode-se chegar a um resultado inesperado que venha trazer prejuízos. Dando seguimento às perguntas “você utiliza algum documento oficial para orientar o planejamento das aulas”? Os professores responderam que utilizam os documentos LDB, DCN e PCN, esses documentos ajudam na estruturação de conteúdos, desenvolvimento de aulas e obtenção de informações para organização.

Para Severino 1998, “a educação só pode se realizar através de mediações práticas que se desenvolvem a partir de um projeto educacional”, dessa forma esses documentos citados pelos docentes oferecem um significado à atuação docente, norteando suas práticas de ensino como uma possibilidade de cumprir sua intencionalidade, através das ações educativas. Partindo desse pressuposto entendemos que, é relevante que se faça uma auto-reflexão sobre a maneira de agir em sala de aula, sobre a prática de ensino principalmente de geografia, esta disciplina que pode contribuir para o entendimento de mundo dos alunos. Perguntamos aos professores “quais são as maiores dificuldades que você tem encontrado no processo de ensino aprendizagem de geografia”? A professora B respondeu:

A falta de interesse dos alunos, a ausência dos pais no processo educacional dos filhos e a inconstância dos projetos educacionais, a alternância³.

Nesse contexto, o processo de ensino e aprendizagem tem atraído muitas discussões, e na sua maioria é perceptível à preocupação voltada para este, uma vez que constantes mudanças estão acontecendo na sociedade contemporânea. Quanto à ausência da família, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 é bastante clara quando coloca que a educação é dever da família e do Estado.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL,1996).

O que se observa no contexto educacional é ausência dos pais, muitos trabalham dia inteiro e ao chegar a casa não se preocupam em perguntar ao filho se teve atividade, qual conteúdo foi explicado pelo professor, se tem algum trabalho para realizar, sendo assim os filhos por não serem cobrados pelos pais não valorizam o processo de aprendizagem. Dessa forma cabe ao professor a função de estabelecer uma relação empática com os alunos, procurando conhecer seus anseios, interesses, formação e perspectivas futuras.

Desse modo, talvez seja o momento de se buscar alternativas as quais propiciem que escola, família e o individuo consigam compreender as relações internas e externas que nesse espaço se estabelecem que interfiram de forma significativa no processo ensino-aprendizagem, e um estudo mais aprofundado para identificar os motivos que levam a falta de interesse dos alunos, pois sabemos que muitos professores trabalham com desprezo, desmotivados e isso acaba interferindo na sua metodologia provocando o desinteresse do aluno que muitas vezes recebe o conteúdo nem sempre adequado e motivadores. Dentro do contexto perguntamos “quais as suas motivações para a prática docente, enquanto professor de Geografia e como você se avalia enquanto professor de Geografia”? O professor C respondeu:

“A maior motivação é poder despertar no aluno o censo crítico nos alunos, a partir das discussões em sala de aula. Enquanto professor de geografia poderia render muito mais, se tivéssemos maiores formações voltadas para a prática em sala de aula⁴”.

³ Professor B;

⁴ Professor C;

Diante da fala do professor C, deve-se considerar que esse tipo de formação citada pelo mesmo, exige a construção de competências que permitam ao professor a compreensão das questões envolvidas no trabalho, a autonomia para tomar decisões e responsabilizar-se pelas suas ações, faz-se necessário compreender as motivações presentes nas ações do professor em seu ato de ensinar para melhor compreensão da dicotomia entre teoria e prática do dia a dia da sala de aula.

Segundo Soares 2001, “é preciso pensar no professor como um profissional em formação contínua”, levando em consideração que a valorização do educador se inclui no âmbito das políticas e ações que a sociedade precisa pensar e efetivar para que os docentes possam de fato, desenvolver práticas de ensino que sirvam como alternativa de vida e trabalho para uma parcela expressiva da população, pois o ensino de geografia tem o desafio de fazer o diálogo com o mundo real, para além dos muros da escola.

Portanto cabe ressaltar que a escola é parte importante interferindo diretamente na formação dos sujeitos, fato que exige da mesma criar as condições necessárias para que essa tarefa ocorra da melhor forma possível, atribuindo-lhe a responsabilidade de acompanhar as mudanças da sociedade tendo em vista seu significativo papel na produção do conhecimento. Não esquecendo que para toda e qualquer prática em sala de aula seja lucrativa para o aprendizado faz-se necessário planejamento, estudo, foco tarefa que o professor com o seu papel de mediador pode desenvolver muito bem, o professor é aquele profissional a quem se confiam ações no plano da instituição escolar como participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, mas também é aquele que é capaz de colaborar com atividades de articulação da escola com a família e a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou diagnosticar em que medida as políticas educacionais especificamente LDB e DCN e seus aspectos didáticos contribuem para nortear a prática de ensino dos professores de geografia do ensino fundamental II no Município de Miguel Calmon-Ba e quais as motivações presentes na prática educativa dos professores de geografia, e para isso buscou-se traçar com

pesquisas bibliográficas, questionários, observação em sala de aula, tornando os fatos mais claros e evidentes.

Diante das questões apresentadas, podemos afirmar que os planejamentos dos professores investigados apresentam um caráter mais burocrático, isso se dá pela utilização dos documentos oficiais LDB e DCN, onde se apropriam das informações e ou elementos para tornar as aulas de geografia eficazes, notamos que os professores também utilizam o livro didático o qual desempenha papel importante na estruturação dos programas de ensino escolares.

Assim, vale ressaltar que as mudanças da política educacional acompanham as mudanças concretas nas relações econômicas e políticas no país, o governo brasileiro, buscando cumprir as exigências de reforma do sistema educacional que facilitariam o desenvolvimento do país frente ao mercado internacional, valeu-se dos diagnósticos que atestavam a crise da educação para apresentar iniciativas de investimento governamental na educação.

Dentre elas, a de elaboração de uma orientação curricular que viesse a ser referência para o trabalho do professor, para a elaboração da proposta educativa da escola e para a realização de avaliações nacionais, o investimento no crescimento econômico, a urbanização e industrialização do Brasil, a luta dos educadores e a pressão da sociedade pela ampliação do oferecimento da educação básica a todos os estudantes do país refletiram de forma significativa sobre a rede escolar e formação dos professores.

Nesse sentido acredita-se que essa pesquisa trará contribuição acadêmica para a comunidade docente e futuros docentes de geografia do município, pois a ação docente vai muito além de ensinar ler e escrever, mas deixa claro que estamos formando jovens para a sociedade e tudo depende de como os professores vão direcionar suas práticas. Constatamos pela fala dos professores que cada dia mais a família tem se afastado do ambiente escolar, e essa é uma das causas que tem dificultado a eficácia do processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Trabalhando Valores em Atitudes nas séries iniciais**: para crianças de seis a dez anos de idade. Petropolis, RJ, Vozes, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei 9.394/96**, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso: 23 abr. 2018.

_____. **Resolução nº 04 de 29/01/1998**. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Geografia**. Ensino Fundamental I e II Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC,1998.

CALLAI, H.C. Aprendendo a ler o mundo: A geografia nos anos iniciais do ensino Fundamental. **Caderno CEDES**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em:
<<https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/264>>. Acessado em: 04/04/2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: ática, 1986.

CUNHA, Luis Antonio. **Educação e desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro, F. Alves,1980.p, 21.

FACUNDES, Márcia Botelho. **Aprendendo valores éticos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____, **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

LACOSTE, Yves, **A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**, 13ª edição, Campinas, SP; Papius, 1988.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MARQUES, Ramiro. **O livro das virtudes de sempre: ética para professores**. São Paulo: Landy, 2001.

MONTEIRO, Rui Anderson Costa; GONZÁLEZ, Leon Miguel; GARCIA, Alessandro. Barreta. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: o porquê e seu contexto histórico. **Revista Eletrônica de Educação – UFSCar**, v.5, n.2, p. 82 – 95, jun./dez. 2011. Disponível em:<
<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/issue/view/9>>. Acessado em: 04/04/2018.

MORAES, A.C.R. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

OLIVEIRA, D.A. Política Educacional nos Anos 1990: Educação Básica e Empregabilidade, In: DOURADO, L.F; PARO, V.H. (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**, São Paulo: Xamã, 2001.p.49-57.

SAVIANI, D. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 20, n. 69, p.119-136, dez. 1994.

_____. **Política e educação no Brasil:** o papel do congresso nacional na legislação do ensino. Campinas: Autores associados, 2002.

_____. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. 7ª. Ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SEVERINO, A. J. O projeto político-pedagógico: a saída para a escola. In: **Para onde vai a escola?**. Revista de Educação DA AEC, Brasília, DF (107), abril/jun. 1998. p.1-10.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M.C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

SOARES, Leônicio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In: RIBEIRO, Vera Masagão(org). **Educação de Jovens e adultos:** novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado das letras; São Paulo: Ação Educativa 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à geografia**. Petrópolis: Vozes, 1976.

TILLMAN, Diane. **Atividades com Valores para Estudantes de 7 a 14 anos**. Programa Vivendo Valores na Educação. Editora Brahma Kumaris, São Paulo, 2001.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento:** Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertat, 1995.

ZABALZA, Miguel. Como educar em valores na escola. **Revista Pátio Pedagógica**. Ano 4, nº 13, mai/jul. 2000. Disponível em:< <https://www.oei.es/historico/n7637.htm>>. Acessado em: 04/04/2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de questionário aplicado os professores

QUESTIONÁRIO – PROFESSOR/A

Prezado/a Professor/a!

Este questionário corresponde a um instrumento de coleta de dados que estou utilizando na pesquisa que venho desenvolvendo no Trabalho de Conclusão do Curso – TCC, correspondente ao Curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, sobre POLÍTICAS EDUCACIONAIS, ELEMENTOS QUE NORTEIAM A PRÁTICA DE ENSINO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL II, EM MIGUEL CALMON-BA. A sua participação contribuirá para o avanço da pesquisa acadêmica sobre a temática em estudo. Saliento que será preservada a identidade através de seu anonimato e que o resultado deste questionário será utilizado apenas para fins de pesquisa científica.

Sua participação é muito importante!

Cordialmente,

Indnna Aryane Carvalho Cerqueira
Discente/Pesquisadora

Espaço reservado para preenchimento do pesquisador:

Questionário nº _____

Data de aplicação: ____/____/____

U.E.: _____

Identificação pessoal:

Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

Idade: _____

Endereço:

Formação acadêmica:

☐ Médio Completo

☐ Superior Incompleto

☐ Superior completo:

Curso _____

Instituição _____

Tempo de Formação:

☐ Até 1 ano ☐ Entre 10 e 15 anos

☐ Entre 1 e 5 anos ☐ Entre 15 e 20 anos

☐ Entre 5 e 10 anos ☐ Acima de 20 anos

☐ Especialização:

Curso _____

Instituição _____

☐ Até 1 ano ☐ Entre 10 e 15 anos

☐ Entre 1 e 5 anos ☐ Entre 15 e 20 anos

☐ Entre 5 e 10 anos ☐ Acima de 20 anos

Experiência profissional:

Tempo de serviço na área de educação:

☐ Até 1 ano ☐ Entre 10 e 15 anos

☐ Entre 1 e 5 anos ☐ Entre 15 e 20 anos

☐ Entre 5 e 10 anos ☐ Acima de 20 anos

Tempo de atuação como Professor/a:

☐ Até 1 ano ☐ Entre 10 e 15 anos

☐ Entre 1 e 5 anos ☐ Entre 15 e 20 anos

☐ Entre 5 e 10 anos ☐ Acima de 20 anos

Tempo que trabalha nesta unidade escolar como Professor/a:

☐ Até 1 ano ☐ Entre 10 e 15 anos

☐ Entre 1 e 5 anos ☐ Entre 15 e 20 anos

☐ Entre 5 e 10 anos ☐ Acima de 20 anos

Qual o seu vínculo como Professor/a:

☐ Concursado/a ☐ Contrato temporário

☐ Outro. Especificar: _____

Você trabalha em outra Unidade Escolar:

☐ Sim Especificar: _____

☐ Não

Carga Horária: ☐ 20 horas ☐ 40 horas

Você participa/participou recentemente de alguma formação continuada:

☐ Sim ☐ Não Qual: _____

Você participa/participou recentemente de alguma **formação continuada específica (capacitação) em Geografia**:

☐ Sim ☐ Não Qual: _____

Contexto atual na Instituição:

Carga Horária Semanal nessa Unidade Escolar:

☐ 20 horas ☐ 40 horas

Turno das aulas:

☐ Somente Matutino

☐ Somente Vespertino

☐ Somente Noturno

☐ Matutino, Vespertino e Noturno

☐ Outro

Especificar: _____

A escola possui Projeto Político Pedagógico?

☐ Sim ☐ Não

Você tem conhecimentos acerca do referido Projeto Político Pedagógico?

☐ Sim ☐ Não

Qual a carga horária semanal das reuniões de Atividades Complementares (A.C.):

☐ 4 horas ☐ 5 horas ☐ 6 horas ☐ 7 horas

Quando são realizadas as reuniões de Atividades Complementares (A.C.):

Dia(s) da semana: _____

Turno(s): _____

Horário(s): _____

Quanto à dinâmica escolar:

Em qual documento você registra seu planejamento?

() Diário de Classe

☐) Caderno do professor

☐) Computador

☐) Outros

Especifique: _____

Você utiliza algum documento oficial para planejar suas aulas? _____ Marque para qual função você utiliza esse documento?

☐) LDB(estruturação de conteúdos)

☐) DCN(desenvolvimento de aulas e obtenção de informações para organização)

☐) PCN(obtenção de informações para organização)

Quais destas orientações didáticas são mais frequentes na sua prática de ensino, visando tornar suas aulas mais dinâmicas?

☐) Leitura da paisagem

☐) Observação e descrição

☐) Explicação e interação

☐) Analogia(comparação)

A escola possui Recursos/Instrumentos Didáticos (mapas, globos, vídeos, mídias, equipamentos eletrônicos audiovisuais...) para enriquecer as aulas de Geografia:

☐] Sim ☐] Não

Você acompanha as práticas pedagógicas dos colegas de trabalho:

☐] Sim, faço questão de ver o rendimento por turma

☐] Nunca, não vejo a necessidade de fazer isso

☐] Às vezes, nem sempre é possível

☐] Gostaria de fazer isso, mas nunca tenho tempo

Ao longo do ano, você participa de encontros formativos junto com os colegas professores?

☐] Sim ☐] Não

Com que frequência esses encontros formativos acontecem?

☐] 1 vez por semana

☐] Quinzenalmente

- ☐ Mensalmente
- ☐ A cada semestre
- ☐ 1 vez ao ano
- ☐ Outro espaço de tempo.

Especificar: _____

Quanto à avaliação escolar

Partindo das orientações da LDB. Quais destes critérios você utiliza para avaliar seus alunos?

- ☐ a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- ☐ possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- ☐ possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- ☐ aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

Quanto as suas impressões e opiniões: (Se necessário, utilize o verso da folha)

- 1.** De acordo com as suas vivências profissionais, você domina os conteúdos programáticos e conceitos básicos trabalhados em Geografia?

- 2.** Qual é a sua opinião sobre os procedimentos didáticos e pedagógicos utilizados pelos professores segundo as orientações das DCN e LDB?

- 3.** Quais são as maiores dificuldades que você tem encontrado no processo de ensino e aprendizagem de Geografia?

4. Sobre o fazer pedagógico. Como fazer para que isso não seja apenas um slogan, mas de fato uma prática significativa para você e para os alunos?

5. Quais as suas motivações para a prática docente, enquanto professor geografia? Como você se avalia enquanto professor geografia?

Obrigado pela colaboração!